

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.07.12.002-DL

### 1. Descrição da Necessidade da Contratação

A contratação de material de consumo do tipo vestuário hospitalar é essencial para atender às necessidades operacionais e de atendimento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal do Município de Chorozinho, Ceará.

Esses materiais são cruciais para manter a higiene, segurança e bem-estar tanto dos pacientes quanto dos profissionais de saúde. A demanda por esses itens é contínua e crítica para a operação eficiente das unidades de saúde, garantindo que o atendimento médico não seja comprometido por falta de materiais básicos e essenciais.

Especificamente, a necessidade de contratação inclui:

- A reposição de lençóis para camas hospitalares, que são utilizados diariamente e necessitam de frequente substituição para manter a higiene e o conforto dos pacientes internados.
- A disponibilização de lençóis para macas hospitalares, que são essenciais para o transporte e atendimento de pacientes em diversos setores das unidades de saúde.
- O fornecimento de lençóis para camas de solteiro dedicados aos profissionais plantonistas, garantindo o conforto necessário para esses profissionais durante seus períodos de descanso.
- A aquisição de cobertas para biombos hospitalares, que são utilizadas para garantir a privacidade dos pacientes durante procedimentos médicos e exames.
- A necessidade de batas de tecido usadas em procedimentos de prevenção e parto, atendendo às exigências de segurança e higiene nos cuidados com parturientes e nas atividades dos profissionais de saúde.

Além da reposição regular desses itens devido ao desgaste natural pelo uso e lavagem frequente, há uma necessidade de manter um estoque de segurança para atender a eventuais aumentos na demanda, especialmente durante surtos sazonais ou casos de emergência.

Portanto, a contratação desses materiais de vestuário hospitalar não apenas assegura a operação contínua e eficiente das UBS e do Hospital Municipal, mas também contribui para a qualidade do atendimento prestado à população de Chorozinho, garantindo que os padrões de higiene e segurança na área da saúde sejam rigorosamente mantidos.

### 2. Área requisitante



Área requisitante	Responsável
Fundo Municipal de Saude	GLEYCIANE SOARES DE OLIVEIRA

### 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos da contratação é fundamental para garantir que a aquisição de material de consumo do tipo vestuário hospitalar atenda às necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal de Chorozinho-CE. Os requisitos aqui descritos buscam assegurar critérios de sustentabilidade, conformidade legal e padrões mínimos de qualidade e desempenho, em conformidade com as leis e regulamentações específicas.

#### Requisitos Gerais

- Todos os itens deverão possuir alta resistência ao desgaste e à lavagem frequente, preservando a qualidade e durabilidade ao longo do tempo.
- Os materiais deverão ser facilmente laváveis e higienizáveis, suportando processos de esterilização e produtos de limpeza hospitalares sem deterioração.
- Deverão possuir tratamento antibacteriano ou antimicrobiano para reduzir o risco de contaminação hospitalar.
- Todos os itens deverão conter a logomarca do município de Chorozinho, conforme especificações individuais de cada item.

#### Requisitos Legais

- Conformidade com todas as normas de segurança e saúde regulamentadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e outras autoridades competentes.
- Os produtos devem ser antialérgicos, não causando irritação ou reações adversas aos usuários.

#### Requisitos de Sustentabilidade

- Utilização de materiais que gerem menor impacto ambiental, favorecendo práticas de sustentabilidade.
- Consideração de práticas de descarte responsáveis e preferencialmente optar por materiais recicláveis ou biodegradáveis, quando aplicável.
- Adoção de critérios de logística reversa para desfazimento e reciclagem dos itens.

#### Requisitos da Contratação

- Item 1: Lençol para cama hospitalar, tamanho: 150CM × 220CM, cor branca, tecido 100% algodão, com logomarca do município. Quantidade: 500 unidades. Valor de referência: R\$ 50,12 por unidade.
- Item 2: Lençol para maca hospitalar, tamanho: 100CM × 220CM, cor branca, tecido 100% algodão, com logomarca do município. Quantidade: 400 unidades. Valor de referência: R\$ 40,06 por unidade.
- Item 3: Lençol para cama de solteiro para os profissionais plantonistas, tamanho: 150CM × 220CM, tecido 100% algodão, cor azul, com logomarca do município. Quantidade: 153 unidades. Valor de referência: R\$ 47,44 por unidade.



- Item 4: Coberta para biombo hospitalar, cor branca, tamanho: 100CM horizontal x 140CM vertical, tecido algodão com logomarca do município. Quantidade: 100 unidades. Valor de referência: R\$ 39,00 por unidade.
- Item 5: Bata de tecido para prevenção/parto, cor branca com logomarca do município. Quantidade: 150 unidades. Valor de referência: R\$ 41,53 por unidade.

Para garantir a plena execução do objeto contratado, os supramencionados requisitos são necessários para que os itens de vestuário hospitalar atendam as necessidades das UBS e do Hospital Municipal de Chorozinho-CE. Os requisitos foram elaborados para serem suficientes, sem serem excessivamente detalhados ou desnecessários, visando a manter o caráter competitivo da licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021.

#### 4. Levantamento de mercado

No levantamento de mercado para a aquisição de material de consumo do tipo vestuário hospitalar destinados a atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal de Chorozinho-CE, foram consideradas as seguintes principais soluções de contratação:

- Contratação direta com o fornecedor:
  - A prospecção de fornecedores especializados em vestuário hospitalar foi realizada para identificar fabricantes e distribuidores que possam fornecer os itens necessários com qualidade e dentro dos requisitos técnicos especificados.
- Contratação através de terceirização:
  - A contratação de empresas que possam gerenciar a aquisição, controle e fornecimento contínuo dos materiais. Esta alternativa inclui a possibilidade de serviços adicionais, como gestão de estoque e reposição automática conforme demandas.
- Formas alternativas de contratação:
  - A utilização de sistemas de registro de preços, dependendo da previsão de demanda e da atual política de abastecimento do município, apesar de, para este caso específico, não ter sido optado pela adoção do sistema de registro de preços.

Avaliando a solução mais adequada para atender as necessidades dessa contratação, consideraram-se os seguintes fatores:

- A necessidade de garantir a padronização e a qualidade dos itens, assegurando que todos atendam às especificações técnicas e possuam a logomarca do município.
- A importância de manter um controle rígido sobre os custos e sobre a gestão de fornecimento para assegurar um fluxo constante e adequado de materiais, sem interrupções no abastecimento.
- A necessidade de possuir um estoque de segurança que permita rápida reposição em casos de emergências ou picos de demanda.
- A viabilidade econômica na contratação direta com fornecedores especializados, que são capazes de garantir preços competitivos, qualidade do material e cumprimento das exigências especificadas.

Portanto, a solução mais adequada identificada foi a contratação direta com o fornecedor. Esta opção oferece maior controle sobre a qualidade dos produtos,



permite personalização com a logomarca do município, e proporciona uma negociação direta sobre preço e prazos de entrega, assegurando melhor atendimento às necessidades das UBS e do Hospital Municipal de Chorozinho-CE.

## 5. Descrição da solução como um todo

O presente Estudo Técnico Preliminar visa a aquisição de material de consumo do tipo vestuário hospitalar, especificamente lençóis, cobertas para biombos e batas, para atender às necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal de Chorozinho/CE.

A seguir, detalhamos a solução como um todo:

- Itens a serem adquiridos:
  - Lençol para cama hospitalar tamanho: 150cm x 220cm na cor branca, tecido 100% algodão, com logomarca do município.
  - Lençol para maca hospitalar tamanho: 100cm x 220cm, na cor branca, tecido 100% algodão, com logomarca do município.
  - Lençol para cama de solteiro para os profissionais plantonistas tamanho: 150cm x 220cm, tecido 100% algodão, na cor azul, com a logomarca do município.
  - Coberta para biombo hospitalar cor branca tamanho: 100cm horizontal x 140cm vertical, tecido algodão, com logomarca do município.
  - Bata de tecido para prevenção/parto na cor branca, com logomarca do município.
- Requisitos técnicos:
  - Resistência ao desgaste: Todos os itens devem apresentar alta resistência à abrasão e a lavagem frequente, preservando qualidade e durabilidade.
  - Padrões de higiene: Facilmente laváveis e higienizáveis, suportando processos de esterilização e utilização de produtos de limpeza hospitalar sem deterioração. Devem possuir tratamento anti-microbiano.
  - Conformidade com normas de segurança e saúde: Todos os itens devem estar em conformidade com as normas da Anvisa e outras autoridades competentes, sendo antialérgicos e seguros para os usuários.
  - Identificação e padronização: Todos os itens devem conter a logomarca do município de Chorozinho e apresentar cor uniforme conforme descrito para cada item.
- Justificativa da solução:
  - A análise de mercado e a avaliação das ofertas disponíveis indicam que a solução proposta atende de maneira eficaz às necessidades das unidades de saúde municipais.
  - Considerando o alto índice de ocupação das unidades básicas de saúde e do hospital municipal, a aquisição desses materiais é essencial para garantir a higiene e segurança dos pacientes e profissionais.
  - Os itens descritos foram escolhidos com base na conformidade com as normas de segurança e saúde, resistência e durabilidade frente às condições climáticas locais, e facilidade de lavagem e higienização.
  - A padronização com a logomarca do município assegura a identificação visual dos itens, promovendo uniformidade nos serviços prestados.
  - Além disso, a solução proposta é economicamente vantajosa e assegura a eficiência operacional necessária para o contexto das unidades de saúde



citadas.

- Conclusão:
  - Assim, com fulcro na Lei 14.133/2021, fica demonstrado que a solução composta pela presente aquisição é a mais adequada existente no mercado para atender às necessidades da administração pública municipal.

## 6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	500,000	Unidade
Especificação: LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
2	LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	400,000	Unidade
Especificação: LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
3	LENCIL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	153,000	Unidade
Especificação: LENCIL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
4	COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	100,000	Unidade
Especificação: COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
5	BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	150,000	Unidade
Especificação: BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			

## 7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	500,000	Unidade	50,12	25.060,00
Especificação: LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					
2	LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	400,000	Unidade	40,06	16.024,00
Especificação: LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					
3	LENCIL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	153,000	Unidade	47,44	7.258,32



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: LENCOL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					
4	COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	100,000	Unidade	39,00	3.900,00
Especificação: COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					
5	BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	150,000	Unidade	41,53	6.229,50
Especificação: BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 58.471,82 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos)

## 8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A presente seção tem como objetivo justificar a decisão de optar pelo parcelamento da solução para a aquisição de material de consumo do tipo vestuário hospitalar, destinados a atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal de Chorozinho-CE, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

### 1. Avaliação da Divisibilidade do Objeto

A análise inicial verificou que o objeto da licitação, composto por diversos itens de vestuário hospitalar, é tecnicamente divisível sem prejuízos à sua funcionalidade ou aos resultados pretendidos pela Administração. Cada item pode ser adquirido de forma independente, mantendo suas características e funcionalidades próprias.

### 2. Viabilidade Técnica e Econômica

A divisão do objeto foi avaliada quanto à viabilidade técnica e econômica, sendo constatado que o parcelamento não compromete a qualidade e a eficácia dos resultados. Cada item pode ser adquirido separadamente sem impactar negativamente o desempenho geral das operações nas UBS e no Hospital Municipal.

### 3. Economia de Escala

Garantiu-se que o parcelamento não resultará em perda de economia de escala. A administração verificou que a divisão do objeto não acarretará em um aumento proporcional dos custos que supere os benefícios da divisão. Pelo contrário, a compra de itens em lotes pode fornecer melhores condições de negociação e preços mais competitivos.

### 4. Competitividade e Aproveitamento do Mercado



O parcelamento contribui para uma maior competitividade, permitindo a participação de mais fornecedores, inclusive de menor porte. A análise de mercado demonstrou que dividir a aquisição em lotes é uma prática comum e benéfica para o setor, possibilitando a escolha das melhores ofertas para cada categoria de produto.

## 5. Análise do Mercado

Foi realizada uma análise detalhada do mercado de vestuário hospitalar, reforçando a justificativa para o parcelamento. Identificou-se que a prática de dividir os itens por lotes ou categorias está alinhada com as práticas do setor, facilitando a participação de fornecedores especializados em produtos específicos.

## 6. Consideração de Lotes

Considerando o volume significativo de aquisição, a divisão em lotes foi adotada para possibilitar a participação de fornecedores com diferentes capacidades. Essa abordagem assegura que mesmo fornecedores menores possam concorrer, sem prejuízo à economia de escala ou à qualidade do fornecimento.

## 7. Documentação e Transparência

Todos os passos e decisões relativos ao parcelamento foram documentados detalhadamente neste Estudo Técnico Preliminar. Justificativas baseadas em dados concretos sobre o mercado, estudos de viabilidade e análises técnicas fundamentaram a decisão, garantindo a transparência e conformidade com as normativas vigentes.

Diante das considerações apresentadas, conclui-se pela decisão de parcelar a aquisição do vestuário hospitalar, visando ampliar a competitividade, garantir a viabilidade técnica e econômica, e assegurar a eficiência na utilização dos recursos públicos.

## 9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O processo administrativo n.º 2024.07.12.002-DL, referente à aquisição de material de consumo do tipo vestuário hospitalar, destinado a atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal, através da Secretaria de Saúde do município de Chorozinho-CE, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Chorozinho para o exercício financeiro de 2024.

A inclusão dessa contratação foi deliberada com base nas seguintes considerações:

- Identificação prévia da necessidade de materiais de vestuário hospitalar para garantir o funcionamento ideal das UBS e do Hospital Municipal de Chorozinho.
- Análise do histórico de consumo dos materiais, evidenciando a importância de uma reposição regular para manutenção das condições de higiene, segurança e conforto para pacientes e profissionais de saúde.
- Registros de picos sazonais nas demandas de atendimentos, os quais induzem a



uma necessidade mais constante e abundante de vestuário hospitalar, justificando a antecipação e planejamento da aquisição.

Portanto, a contratação não apenas reflete o planejamento estratégico da administração municipal, mas também se coaduna com os objetivos gerais de garantir a saúde e bem-estar da população, bem como preservar a qualidade dos serviços de saúde prestados nas unidades municipais.

## 10. Resultados pretendidos

Os resultados pretendidos com a contratação de material de consumo do tipo vestuário hospitalar para atender às necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal de Chorozinho por meio da Secretaria de Saúde do município são os seguintes:

1. **Garantia de Qualidade e Durabilidade:** Adquirir materiais de vestuário hospitalar que apresentem alta resistência ao desgaste e abrasão, preservando sua funcionalidade e qualidade ao longo do tempo, conforme estabelecido nos requisitos técnicos e nas normas de segurança e saúde regulamentadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).
2. **Manutenção de Padrões de Higiene:** Assegurar que todos os materiais adquiridos sejam facilmente laváveis e higienizáveis, suportando processos de esterilização e a utilização de produtos de limpeza hospitalar. Isso inclui a exigência de tratamentos anti-microbianos nos tecidos, para reduzir os riscos de contaminação hospitalar.
3. **Conformidade com Normas de Segurança e Saúde:** Garantir que todos os produtos atendam às normas de segurança e saúde permitindo que sejam antialérgicos e não causem irritações ou reações adversas aos usuários, promovendo assim um ambiente seguro e salubre em conformidade com os padrões estabelecidos pela legislação vigente.
4. **Identificação e Padronização:** Assegurar que todos os itens adquiridos contenham a logomarca do município de Chorozinho, conforme especificado, e que a cor dos materiais seja uniforme e consistente, contribuindo para a padronização dos serviços prestados e reforçando a identidade visual do município.
5. **Eficiência no Atendimento:** Garantir a disponibilidade contínua dos materiais de vestuário hospitalar, permitindo um atendimento rápido e eficaz, principalmente em situações de emergência ou flutuações na demanda, minimizando tempos de espera e garantindo a prontidão no atendimento à população.
6. **Redução de Custos:** Optar por soluções que proporcionem a melhor relação custo-benefício, minimizando o desperdício de recursos e maximizando a eficiência no uso dos materiais adquiridos.
7. **Sustentabilidade:** Adotar práticas sustentáveis, optando por materiais de menor impacto ambiental que permitam práticas de descarte responsáveis e contribuam para a preservação do meio ambiente.
8. **Capacitação de Servidores:** Implementar um programa contínuo de capacitação para os servidores envolvidos na fiscalização e gestão contratual, garantindo conhecimento aprofundado sobre os procedimentos de controle de qualidade e gestão contratual, conforme abordado nas disposições da Lei 14.133/2021.
9. **Transparência e Conformidade Legal:** Assegurar que todo o processo de contratação observe os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e demais princípios norteadores



estabelecidos na Lei 14.133/2021, promovendo uma contratação lícita e transparente.

10. **Promoção do Interesse Público:** Atender de forma eficaz as necessidades das UBS e do Hospital Municipal de Chorozinho, promovendo ganhos em saúde pública e qualidade de vida para os munícipes, em consonância com os objetivos da Lei 14.133/2021 de alcançar a contratação mais vantajosa para a Administração Pública e promover um ambiente íntegro e confiável.

## 11. Providências a serem adotadas

Para garantir a execução eficiente e satisfatória da contratação de material de consumo do tipo vestuário hospitalar, a Administração adotará as seguintes providências detalhadas:

- **Planejamento e Coordenação:**
  - Nomeação de uma equipe de coordenação específica dentro da Secretaria de Saúde do Município de Chorozinho-CE, responsável por acompanhar todo o processo licitatório e a gestão do contrato.
  - Elaboração de um cronograma detalhado com todas as etapas do processo, desde a publicação do edital até a entrega final dos materiais, incluindo prazos específicos para cada fase.
- **Capacitação de Servidores:**
  - Programação de treinamentos e capacitações específicas para os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, abordando práticas de controle de qualidade, verificação de conformidade e procedimentos de auditoria.
  - Incentivo à participação em cursos e workshops sobre licitações e contratos na área de saúde, oferecidos por entidades de renome e reconhecidas no setor público.
- **Verificação e Controle de Qualidade:**
  - Desenvolvimento de procedimentos-padrão para recebimento e inspeção dos materiais, incluindo checklist detalhado dos requisitos técnicos e padrões de qualidade exigidos.
  - Implementação de um sistema de acompanhamento e relatórios periódicos de conformidade para garantir que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as especificações estabelecidas.
- **Logística e Armazenamento:**
  - Identificação e preparação de espaços adequados para o armazenamento dos materiais de vestuário hospitalar, assegurando condições que evitem a deterioração e mantenham a integridade dos itens.
  - Implementação de um sistema de distribuição eficiente para garantir que todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Hospital Municipal recebam os itens de vestuário em tempo hábil e na quantidade necessária.
- **Comunicação e Suporte:**
  - Criação de um canal de comunicação direto e contínuo entre a equipe de fiscalização, a Secretaria de Saúde e os fornecedores, para resolução imediata de problemas e dúvidas que possam surgir durante a execução do contrato.
  - Estabelecimento de um sistema de feedback para que os usuários finais (profissionais de saúde) possam relatar a qualidade e funcionalidade dos materiais de vestuário hospitalar recebidos, contribuindo para ajustes e melhorias contínuas.



- **Monitoramento e Avaliação:**
  - Realização de auditorias internas regulares para avaliar a efetividade dos processos de fiscalização, recepção e distribuição dos materiais contratados.
  - Utilização de indicadores de desempenho para medir o cumprimento dos prazos, a qualidade dos materiais fornecidos e a satisfação dos usuários finais, permitindo ajustes e correções quando necessário.

## 12. Justificativa para adoção do registro de preços

A presente seção visa justificar a decisão de não adoção do sistema de registro de preços para a aquisição de material de consumo do tipo vestuário hospitalar destinado a atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal, através da Secretaria de Saúde do Município de Chorozinho-CE.

Conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021, o sistema de registro de preços se caracteriza pela utilização de um procedimento licitatório específico que permite o estabelecimento de um preço unitário máximo para fornecimento contínuo de bens e serviços, sendo regulamentado pelo Art. 82 e subsequentes dessa Lei.

Na análise para a decisão da não adoção do sistema de registro de preços, foram considerados os seguintes aspectos:

1. **Natureza e urgência da demanda:** A aquisição de vestuário hospitalar é para suprir uma necessidade imediata e urgente das unidades de saúde municipais. O processo de registro de preços pode ser moroso devido às fases que envolvem sua implementação, comprometendo a celeridade necessária para atender à demanda instantânea e contínua de materiais essenciais para o funcionamento adequado das UBS e do Hospital Municipal.
2. **Previsibilidade de consumo:** Embora exista uma necessidade constante de reposição dos materiais hospitalares, as quantidades a serem adquiridas são previsíveis e fixas, conforme detalhado na Seção 6 deste ETP. A ausência de grandes flutuações no consumo torna o sistema de registro de preços desnecessário, uma vez que os quantitativos específicos já foram definidos com base no histórico de consumo e nas estimativas futuras.
3. **Economia na gestão de contratos:** A gestão do sistema de registro de preços requer um esforço administrativo contínuo para controle e atualização de preços, além da necessidade de repetidas aquisições fracionadas. Dessa forma, a aquisição direta dos itens, conforme quantitativos previamente estabelecidos, se mostra mais vantajosa e eficiente, reduzindo custos e simplificando a administração contratual.
4. **Aspectos financeiros e orçamentários:** Considerando a disponibilidade orçamentária e a necessidade de utilização otimizada dos recursos, a compra imediata e integral dos quantitativos previstos assegura um melhor emprego dos recursos públicos, evitando encargos administrativos e oscilação de preços que poderiam ocorrer com registros prolongados.
5. **Impactos na competitividade:** A licitação direta sem adoção de registro de preços favorece um processo mais ágil e com maior previsibilidade, o que pode atrair um maior número de participantes e assim aumentar a competitividade do certame. Além disso, evita eventuais dificuldades na gestão do fornecimento por diferentes fornecedores ao longo do tempo, garantindo uniformidade e qualidade no fornecimento imediato.



6. **Interesses e peculiaridades do mercado local:** Analisando o mercado local e regional, os fornecedores demonstram capacidade de atender de forma direta e eficiente os quantitativos estipulados sem a necessidade de um sistema de registro de preços. Isso adequa-se melhor à realidade e às especificidades do município de Chorozinho-CE.
7. **Fundamentos legais:** A decisão está embasada no artigo 40, inciso III da Lei 14.133/2021, que admite o fornecimento contínuo sem processamento por meio de sistema de registro de preços quando as condições de aquisição e os contextos da administração pública assim o indicarem. Neste caso, a integralidade da compra preenche os requisitos de economicidade e eficiência preconizados pela legislação.

Portanto, diante dos aspectos acima elencados, conclui-se que a não adoção do sistema de registro de preços para a aquisição de vestuário hospitalar destinado às unidades de saúde municipais é a decisão mais adequada, garantindo a eficiência, economicidade e celeridade necessárias para o atendimento das necessidades públicas de forma imediata e eficaz.

### 13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Na presente contratação, vedar-se-á a participação de empresas na forma de consórcio, conforme o que segue:

- **Jurisprudência da Lei 14.133/2021:** Com base no Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021, a vedação para a participação de empresas em consórcio deve ser prevista quando houver justificativa técnica e econômica. Neste caso, a Administração Municipal de Chorozinho entende que a contratação de vestuário hospitalar apresenta características que recomendam a exclusão de consórcios.
- **Justificativa Técnica e Econômica:**
  - A natureza dos materiais de consumo do tipo vestuário hospitalar requer um alto nível de padronização e controle de qualidade, o que pode ser prejudicado pela gestão de múltiplas empresas em consórcio.
  - Os itens a serem adquiridos possuem especificações uniformes e são adquiridos em grandes quantidades, o que facilita negociações diretas com fornecedores individuais e proporciona uma maior economia de escala.
  - A gestão de contrato com consórcios pode impor desafios adicionais em termos de fiscalização, administração de responsabilidades e controle de qualidade, o que não é desejável para a Administração Municipal neste contexto.
- **Considerações de Risco:**
  - O envolvimento de múltiplas empresas pode aumentar a complexidade do fornecimento e a possibilidade de disputas internas, impactando negativamente a eficiência e a prontidão de entrega dos materiais.
  - A experiência anterior na gestão de contratos semelhantes demonstra que a contratação direta de fornecedores individuais tem garantido melhores resultados em termos de economicidade e eficiência.
- Diante disso, justifica-se a vedação da participação de empresas em consórcio na



presente contratação, visando assegurar a melhor gestão dos recursos públicos, a uniformidade dos materiais adquiridos e a eficiência no atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Chorozinho-CE.

## 14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A contratação de material de consumo do tipo vestuário hospitalar pode causar diversos impactos ambientais, tanto diretos quanto indiretos. Com base na Lei nº 14.133/2021, que prevê a observância dos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da responsabilidade ambiental e da economicidade (art. 5º, caput), é essencial identificar e mitigar esses impactos. A seguir, destacamos os principais impactos ambientais associados à fabricação e uso do vestuário hospitalar, bem como as medidas mitigadoras propostas:

### 1. Produção e Uso de Algodão

**Impactos:** A produção de algodão envolve o uso intensivo de água e pesticidas que podem causar contaminação de solos e águas, além do consumo significativo de energia.

**Medidas Mitigadoras:**

- Adquirir algodão de fornecedores certificados que utilizam práticas agrícolas sustentáveis, como o uso de menos pesticidas e técnicas de irrigação eficientes.
- Estimular o uso de algodão orgânico e materiais reciclados, que têm menor impacto ambiental.

### 2. Processo de Tingimento e Tratamento dos Tecidos

**Impactos:** Os processos de tingimento e tratamento dos tecidos podem gerar efluentes químicos que poluem corpos d'água.

**Medidas Mitigadoras:**

- Contratar fornecedores que adotem tecnologias de tingimento eco-friendly e sistemas de tratamento de efluentes eficientes, minimizando a descarga de poluentes.
- Sempre que possível, optar por cores e tratamentos naturais ou com baixa carga química.

### 3. Transporte e Logística

**Impactos:** A logística de transporte dos materiais gera emissões de gases de efeito estufa (GEE) e poluentes atmosféricos.

**Medidas Mitigadoras:**

- Preferir fornecedores locais ou regionais, reduzindo a distância de transporte e, conseqüentemente, as emissões de GEE.
- Incentivar o uso de meios de transporte com menor impacto ambiental, como veículos elétricos ou movidos a biocombustíveis.



#### 4. Descarte de Materiais

**Impactos:** O descarte inadequado de vestuário hospitalar pode resultar em poluição do solo e da água, além de contribuir para o aumento do volume de resíduos em aterros.

#### Medidas Mitigadoras:

- Implementar um sistema de logística reversa e reciclagem dos materiais descartados, conforme previsto no Art. 18, §1º, XII da Lei 14.133/2021.
- Criar programas de doação de materiais que ainda possam ser utilizados, buscando reduzir o desperdício.
- Incentivar a utilização de materiais biodegradáveis ou com fácil reciclagem.

Ao adotar tais medidas mitigadoras, a Prefeitura Municipal de Chorozinho busca não só cumprir com a legislação vigente, mas também promover práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, fundamentais para a eficiência e eficácia das contratações públicas, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

### 15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após análise detalhada dos aspectos técnicos, econômicos e de mercado, conclui-se que a contratação de material de consumo do tipo vestuário hospitalar é viável e necessária para atender às demandas das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Municipal de Chorozinho-CE.

A necessidade de reposição e manutenção de materiais de vestuário hospitalar é constante, dada a alta rotatividade de pacientes e a exigência de padrões rigorosos de higiene e segurança. A presente contratação busca assegurar a qualidade dos serviços prestados e a proteção de pacientes e profissionais de saúde, evidenciando o interesse público envolvido.

A contratação está em conformidade com as disposições da Lei 14.133, notadamente o art. 18, §1º, incisos I e XIII, que exigem a descrição da necessidade da contratação sob a perspectiva do interesse público e o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. A escolha dos itens considerou os requisitos técnicos necessários, como resistência ao desgaste, padrões de higiene e conformidade com normas de segurança e saúde.

Adicionalmente, a definição das quantidades e valores estimados dos itens a serem adquiridos foi fundamentada em levantamentos de mercado e na análise do histórico de consumo das unidades de saúde municipais, o que corrobora a razoabilidade da contratação. O alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico da Secretaria de Saúde do Município de Chorozinho-CE, conforme o art. 18, §1º, inciso II da Lei 14.133, também foi considerado.

O parcelamento não foi justificado como necessário, conforme análise dos requisitos técnicos e econômicos, prevalecendo a eficiência na gestão contratual e a garantia de atendimento integral das necessidades com a contratação em único lote. Tudo em consonância com o princípio da economicidade e eficiência previstos no art. 5º da Lei 14.133.





Portanto, posicionamo-nos favoravelmente à contratação de material de consumo do tipo vestuário hospitalar, concluindo que a solução proposta é a mais adequada para atender às necessidades das UBS e do Hospital Municipal, proporcionando economicidade, eficiência e melhoria nos serviços públicos de saúde.

Chorozinho / CE, 8 de agosto de 2024

#### EQUIPE DE PLANEJAMENTO

*assinado eletronicamente*

IGOR DA SILVA ALBANO  
PRESIDENTE

*assinado eletronicamente*

MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES  
MEMBRO

*assinado eletronicamente*

GLAILSON SALDANHA MACIEL  
MEMBRO





AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2024.08.08.181-DL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.07.12.002-DL

A(O) Fundo Municipal de Saúde, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa de Licitação sem disputa, com critério de julgamento pelo Menor Preço, Lote, na hipótese do Art. Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

**DADOS DA SESSÃO PÚBLICA**

**Data da sessão de julgamento das propostas: 13 de agosto de 2024**

**Link:** <https://compras.m2atecnologia.com.br/>

**Horário de julgamento das propostas: 10:00 Hs**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Lote, conforme tabela constante abaixo.

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	500.0	Unidade
Especificação: LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
2	LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	400.0	Unidade
Especificação: LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
3	LENÇOL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	153.0	Unidade
Especificação: LENCOL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
4	COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	100.0	Unidade
Especificação: COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
5	BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	150.0	Unidade
Especificação: BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			

1.2.1. Havendo mais de um Lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos para cadastro no link <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

### **3. INGRESSO NA CONTRATAÇÃO DIRETA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na contratação direta se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

#### **4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

4.1. Na data e horário indicado para abertura e julgamento da contratação direta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da contratação direta.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **5. HABILITAÇÃO**

5.1. Os Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **5.1.1. Habilitação Jurídica**

a) cópia de documento oficial com foto e do Cadastro de Pessoa Física - CPF do Titular, no caso de firma individual ou do (s) sócio (s), quando se tratar de sociedade;

b) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e aditivos em vigor, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### **5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira**

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

### **5.1.4. Qualificação Técnica**

a) Comprovação de aptidão compatível com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens, caso haja necessidade de realização de diligências para dirimir quaisquer dúvidas inerentes a veracidade das informações prestadas.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

c) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

c.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

c.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

c.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

c.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

c.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

c.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); (Acórdão n° 1.793/2011 - Plenário);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)). (Acórdão n° 1.793/2011 - Plenário);

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **6. CONTRATAÇÃO**

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O prazo de vigência da contratação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **7. SANÇÕES**

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação direta

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Fundo Municipal de Saúde e no(s) endereço(s) eletrônico(s) <https://chorozinho.ce.gov.br/>.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, procedimento deserto.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I - Termo de referência/Projeto Básico;

8.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Chorozinho/CE, 08 de agosto de 2024

*assinado eletronicamente*  
**LUIZA CARMEM DE FREITAS MENEZES BESSA**  
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



**PROJETO BÁSICO**  
**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2024.08.08.181-DL**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.07.12.002-DL**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO VESTUÁRIO HOSPITALAR, DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E DO HOSPITAL MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE.

1.2. A contratação será dividida em Lote(s), conforme tabela constante abaixo:

<b>LOTE ÚNICO</b>			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>	<b>UND</b>
1	LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	500.0	Unidade
Especificação: LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
2	LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA, TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	400.0	Unidade
Especificação: LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA, TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
3	LENÇOL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	153.0	Unidade
Especificação: LENÇOL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
4	COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	100.0	Unidade
Especificação: COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			
5	BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	150.0	Unidade
Especificação: BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.			

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme estabelecido em regulamento interno.

**2. DA PESQUISA DE PREÇO**

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 58.471,82 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A REFERIDA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS É UMA ESTRATÉGIA QUE VISA OTIMIZAR OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO, GARANTINDO MAIOR EFICIÊNCIA E ECONOMIA PARA O MUNICÍPIO. A AQUISIÇÃO DE VESTUÁRIO HOSPITALAR É EMBASADA NA NECESSIDADE OPERACIONAL, NO INTERESSE PÚBLICO E NA CONFORMIDADE COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS. ESSA MEDIDA VISA MANTER O ATENDIMENTO DE QUALIDADE NAS UNIDADES DE SAÚDE.

### **4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II  
para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras

## **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 2 (dois) dias, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) ( 6 / 100 ) I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

### **13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Fundo Municipal de Saúde, na classificação econômica 0801.10.302.1003.2.035 - Gerenciamento das ASPS - Custeio / MAC (OCA-NE), no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903020 - Material de Consumo, R\$ 46.408,02 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e dois centavos); 0801.10.301.1002.2.033 - Gerenciamento das ASPS - Custeio/Atenção Primária (OCA-NE), no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903020 - Material de Consumo, R\$ 12.063,80 (doze mil e sessenta e três reais e oitenta centavos); .

Chorozinho/CE, 08 de agosto de 2024

*assinado eletronicamente*

**LUIZA CARMEM DE FREITAS MENEZES BESSA**  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**  
**DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2024.08.08.181-DL**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.07.12.002-DL**

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E .....

O(A) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede no(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o , neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) LUIZA CARMEM DE FREITAS MENEZES BESSA, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CPF/CNPJ ..... sediado(a) no(a) ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., inscrito no CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 2024.07.12.002-DL e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2024.08.08.181-DL, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO VESTUÁRIO HOSPITALAR, DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E DO HOSPITAL MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	500.0	Unidade		
LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR TAMANHO: 150CM x 220CM NA COR BRANCA TECIDO 100% ALGODÃO, COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					
2	LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	400.0	Unidade		
LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR TAMANHO: 100CM X 220CM, NA COR BRANCA ,TECIDO 100% ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					
3	LENÇOL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	153.0	Unidade		
LENÇOL PARA CAMA DE SOLTEIRO PARA OS PROFISSIONAIS PLANTONISTA TAMANHO: 150CM X 220CM, TECIDO 100% ALGODÃO, NA COR AZUL COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					
4	COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR	100.0	Unidade		



	COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.				
	COBERTA PARA BIOMBO HOSPITALAR COR BRANCA TAMANHO: 100CM HORIZONTAL X 140CM VERTICAL, NA COR BRANCA, TECIDO ALGODÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.				
5	BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.	150.0	Unidade		
BATA DE TECIDO PARA PREVENÇÃO / PARTO NA COR BRANCA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO.					

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e encerramento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....), conforme abaixo especificado:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Fundo Municipal de Saúde, na classificação abaixo: 0801.10.302.1003.2.035 - Gerenciamento das ASPS - Custeio / MAC (OCA-NE), no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903020 - Material de Consumo, R\$ 46.408,02 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e dois centavos); 0801.10.301.1002.2.033 - Gerenciamento das ASPS - Custeio/Atenção Primária (OCA-NE), no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903020 - Material de Consumo, R\$ 12.063,80 (doze mil e sessenta e três reais e oitenta centavos);

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 2024.08.08.181-DL.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1.. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de dispensa eletrônica nº 2024.08.08.181-DL.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº .....

## **9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº .....

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2024.08.08.181-DL.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº .....

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstas no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sitio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**

17.1. É eleito o Foro da Comarca de ChoroZinho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



CHOROZINHO/CE, ..... de..... de 20.....

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ/MF Nº 23.555.279/0001-75  
LUIZA CARMEM DE FREITAS MENEZES BESSA  
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTRATADO  
CPF/CNPJ Nº XXXXXXXXXX  
Responsável legal da CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1.

2.